PLANO LOCAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CUBA

Junho de 2022

Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens de Cuba

INTRODUÇÃO

A criação do Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens de Cuba surge de um desafio lançado pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, no âmbito do projeto Adélia de Apoio à Parentalidade Positiva. Assenta na necessidade sentida pela comunidade local de Cuba de uma maior articulação e conjugação de esforços no sentido da promoção dos direitos e da proteção das suas crianças e jovens. Ao longo de cerca de dois anos, foi feito um trabalho de questionamento da comunidade: famílias, crianças, jovens, Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, análise documental e reflexão, no seio da própria CPCJ de Cuba, no sentido de construir um diagnóstico local, que servisse de ponto de partida para a definição de iniciativas. Para poder propor estas atividades, foram definidos Eixos de Intervenção, que pudessem dar resposta aos principais desafios encontrados, potenciando os recursos disponíveis a nível local.

A concretização deste trabalho, dinamizado num contexto pandémico, em que os/as profissionais e entidades enfrentavam desafios até aí desconhecidos não foi fácil de conseguir. No entanto, fruto da vontade de trabalhar cada vez mais e melhor, em prol das crianças e jovens do nosso concelho e da certeza de que só unindo esforços, num trabalho assente na parceria e na articulação entre todos/as - entidades locais, técnicos/as, famílias, crianças e jovens - , será possível trabalhar com vista à promoção dos direitos e da proteção das crianças e jovens, surge o Plano que agora se apresenta.

Nas páginas que se seguem serão descritas algumas das conclusões que podemos retirar do diganóstico local desenvolvido. Será feita a identificação e breve caraterização das principais problemáticas identificadas, ficando uma análise mais detalhada dos recursos e potencialidades do concelho para a versão consolidada do Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens de Cuba (Plano Local PDPCJCuba), que será apresentada publicamente no âmbito da Comemoração do 33º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, em novembro de 2022.

A implementação do Plano Local PDPCJCuba tem como fio condutor as orientações emanadas pela Estratégia Nacional para os Direitos da Criança para o período 2021-2024, de acordo com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 112/2020.

Como Eixos de Intervenção deste Plano foram escolhidas as quatro primeiras prioridades da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024 a que se acrescentou um Eixo 0, de cooperação interinstitucional, uma vez que este é fundamental para a implementação e o sucesso de todos os outros. Assim, o PPDPCJCuba tem como Eixos Estratégicos de Intervenção:

Eixo 0: Cooperação Interinstitucional

Eixo 1: — Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades;

Eixo 2: — Apoiar as famílias e a parentalidade;

Eixo 3:— Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens;

Eixo 4: — Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens;

A descrição das principais conclusões, que se apresentarão de seguida, segue esta mesma organização, ainda que muitos destes Eixos se toquem e tenham temáticas comuns.

DIAGNÓSTICO LOCAL

O diagnóstico local que agora se apresenta tem como fontes:

Diagnóstico Social de Cuba (em aprovação)

Questionários aplicados a: famílias; crianças; jovens e Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ)

Caraterização e volume processual da CPCJ de Cuba

Focus Group dinamizado na Comissão Alargada da CPCJ de Cuba

Analisados estes dados, verifica-se que em traços gerais, registou-se na última década (2011-2021), uma diminuição da **população** residente no concelho, havendo no entanto, marcadas diferenças na forma como essa realidade afeta as diferentes freguesias, penalizando sobretudo as freguesias rurais (Faro do Alentejo, Vila Alva, Vila Ruiva e Albergaria dos Fusos). Verifica-se também um envelhecimento da população do concelho, no entanto, também aqui há diferenças: a população jovem concentra-se principalmente em Cuba, seguida de Faro do Alentejo, Vila Alva e, por último, Vila Ruiva e Albergaria dos Fusos. Se outras razões não bastassem, a crescente perda populacional e o envelhecimento da população tornam cada criança e jovem um tesouro cada vez mais precioso, que importa cuidar e proteger, o que reforça a importância deste Plano.

No que se refere à **educação**, não são relatadas grandes dificuldades em termos de absentismo e abandono escolar, situando-se as maiores taxas de retenção nos 2º, 6º e 7º anos de escolaridade. A oferta educativa é diferenciada por freguesia, estando o 2º, 3º ciclos e ensino profissional concentrados na sede do concelho. Faro do Alentejo e Vila Alva dispõem de ensino pré-escolar e primeiro ciclo, mas a freguesias de Vila Ruiva e Albergaria dos Fusos dispõe apenas de ensino pré-escolar.

Do ponto de vista das **atividades lúdicas, culturais e desportivas**, embora exista um leque diversificado de iniciativas, estas também não estão igualmente distribuídas pelas freguesias. Verifica-se, na opinião dos/as jovens que responderam ao questionários, a necessidade de alargamento e diversificação da oferta, com sugestão de: dança, equitação, ginástica e teatro.

Em termos de **intervenção social e comunitária**, verifica-se um grande número de **projetos** financiados, que desenvolvem o seu trabalho no concelho, o que resulta numa grande dinâmica em termos de intervenção a vários níveis. Apesar disso, algumas destas iniciativas, cujos técnicos/as estão a intervir junto da comunidade, terão fim ainda durante o ano de 2022 (*Cuba Educa+* - promovido pela CMCuba; + *Sucesso Educativo no Baixo Alentejo* – dinamizado pela CIMBA; *Cresce e Aparece 8G* – Associação Terras Dentro e *Cuba (Con)Vida CLDS 4G* – Associação Terras Dentro), o que põe em causa a consolidação das intervenções e a continuidade do trabalho que tem vindo a ser efetuado, junto dos diversos públicos.

Em termos de **Cooperação Interinstitucional,** verifica-se a necessidade de potenciar o trabalho em rede e de promover uma maior articulação entre entidades, iniciativas e técnicos, encontrando momentos para cooperação, trabalho em parceria e intervenção concertada junto

das famílias que enfrentam maiores desafios, apostando na formação de técnicos/as em áreas comuns. Sublinhe-se a imperiosa necessidade de monitorizar a execução do Plano Local PDPCJ de Cuba, que se pretende dinâmico e adaptado à realidade, com vista à sua implementação no terreno.

No que se refere à **promoção do bem-estar e da igualdade de oportunidades,** verifica-se que grande parte das famílias têm **fracos rendimentos,** (a maior parte situa-se nos escalões mais baixos: até 10 mil euros/ano). Em 2020, 4,7% da população de Cuba com 15 ou mais anos beneficiava de **RSI** (185 beneficiários, distribuídos por 74 agregados familiares) (Fonte: Diagnóstico Social, 80). Em 2019, 5,5% das pessoas entre 15 e 64 anos, residentes em Cuba estavam inscritas no IEFP como **desempregadas** (Fonte: Diagnóstico Social, 121), sendo de destacar que muitos/as desempregados/as nunca se inscreveram ou, apesar de se terem inscrito, viram a sua inscrição cancelada ao longo do tempo, o que faz prever que o número de pessoas desempregadas seja maior do que o previsto. Ainda no se refere ao emprego e integração profissional, Cuba não dispõe de **GIP**, sendo a articulação com o IEFP feita através do Projeto Cuba (Con)Vida CLDS 4G, cujo termo ocorrerá a 31/12/2022 ou, através do técnico do IEFP, que se desloca à sede do concelho, geralmente uma vez de duas em duas semanas.

No geral, verifica-se uma insuficiência de mão de obra qualificada e, consequentemente, salários baixos, sendo por vezes díficil a articulação entre quem procura e quem oferece trabalho. É de salientar ainda um fraco sentido de **empreendedorismo** na população em geral e nos jovens em particular.

A **habitação** é uma dificuldade recorrente para a maioria das famílias, especialmente no âmbito do arrendamento, cujo mercado é informal, com preços elevados e marcado por habitações com poucas condições de habitabilidade. A compra é difícil devido aos baixos rendimentos e aos preços elevados da maioria das habitações.

No que se refere ao risco de exclusão social, verifica-se a existência de um grande número de **famílias multidesafiadas**, com problemáticas estruturantes e necessidades a vários níveis, que são geralmente acompanhadas por diversas entidades. Para maiores garantias de sucesso em termos de intervenção, será necessário um trabalho articulado, com vista a uma maior sensibilização para integração social em termos de higiene pessoal, gestão doméstica, parentalidade e saúde mental.

No que se refere à **saúde,** detetou-se a falta e consequente sobrecarga de profissionais de **saúde**, bem como alguma morosidade na marcação de consultas no Centro de Saúde de Cuba, provavelmente como consequência da pandemia, havendo também falta de consultas de especialidade (pediatria, medicina dentária, nutrição, oftalmologia...).

Cerca de metade dos/as jovens afirma nem sempre fazer uma **alimentação** saudável em casa, no entanto, acham que conseguem controlar o que comem, ainda que seja de esperar um excesso de consumo de açúcar e de produtos processados.

Foi detetada uma resposta insuficiente ao nível das atividades de **desenvolvimento pessoal e social**, bem como falta de **oferta educacional** nas pausas escolares.

Cerca de metade dos/as jovens que utilizam os transportes públicos nas deslocações entre a Escola Básica Fialho de Almeida, situada na sede do concelho e as freguesias nem sempre se sentem **seguros/as** na sua utilização, situação que deve merecer maior atenção.

No que se refere à entrada de cidadãos estrangeiros em Cuba, verificou-se um aumento do número de **imigrantes** entre 2011 e 2020, com grande prevalência da imigrantes oriundos da Índia cuja chegada se verificou apenas desde 2020, o que revela o quanto estes fenómenos são difíceis de prever. Em Cuba, existe uma comunidade romena que tem vindo a manter-se estável ao logo dos anos, mas também brasileira, cabo verdiana e ucraniana, havendo também imigrantes sazonais, por vezes, dificeis de contabilizar e de contactar. A perceção geral dos/as habitantes de Cuba é a de que os/as imigrantes estão bem integrados/as, havendo alguns problemas pontuais, apenas com imigrantes sazonais.

A **comunidade cigana** mantém dificuldades de integração, apesar de existir em Cuba há vários anos, sendo a única comunidade a residir em habitações não convencionais (barracas, contentores...), algumas delas sem água, sem eletricidade e saneamento básico.

Em termos do **Apoio às famílias e a parentalidade,** verifica-se uma grande número de desafios.

No que se refere à **parentalidade**, as famílias confessam a prevalência de "gritos" em detrimento das "palmadas" nos momentos mais difíceis, reconhecendo que quando acontece, as famílias se retratam, pedindo desculpa e tentando arranjar outras soluções.

Cerca de metade das famílias assume que não **brinca** com os/as filhos/as quando os/as leva ao parque e que não brinca ou faz jogos com os/as filhos/as no fim de semana e tempos livres. Também no que se refere aos/as filhos/as mais velhos/as, cerca de metade das famílias confessam que não perguntam aos/as jovens o que querem fazer ao fim de semana.

No geral, verifica-se pouco **envolvimento dos encarregados de educação** e falta de **competências parentais**, especialmente em algumas famílias, que enfrentam geralmente desafios diversos.

Em termos de **apoios sociais às famílias**, apesar de existirem diversos recursos disponíveis, continuam a existir necessidades, quer em termos de carências alimentares, gestão doméstica, empregabilidade e competências pessoais, sociais e de parentalidade, verificando-se falta de estratégias de **intervenção familiar**, o que permite o arrastamento das situações.

No que se refere à conciliação entre a vida famíliar e laboral, verifica-se a não existência de vagas disponíveis na valência de **creche**, o que dificulta a a entrada no mercado de trabalho para algumas mães.

Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens é um objetivo fundamental se se pretende protegê-los/as e promover os seus direitos.

Do diagnóstico efetuado, sobressai que as instituições pensam e desenvolvem regras e estratégias adequadas ao seu público alvo, mas sem grande **participação** ativa das crianças e jovens para quem são desenvolvidas. A maioria dos/as jovens e das crianças refere que nem

sempre participa em qualquer atividade associativa ou projetos da comunidade, nunca tendo dado a sua opinião quanto aos projetos desenvolvidos e/ou atividade do Município ou de outra qualquer estrutura, provavelmente porque não encontrou formas de fazê-lo.

As atividades que os/as jovens frequentam inserem-se no contexto de escola, não frequentando, na sua maioria, atividades fora desta.

No geral, verifica-se uma falta de sentido de participação ativa e dinâmica dos/as jovens na comunidade, o que se traduz por exemplo, na inexistência de uma associação juvenil ativa, Conselho Municipal para a Juventude ou outra estrutura formal que congregue jovens e que faça ouvir a sua opinião. Na realidade, apesar de existirem muitas atividades e iniciativas, não existe uma estratégia concertada para a Juventude, sendo necessária uma maior **capacitação e empoderamento dos/as jovens**, com vista à promoção de cidadania ativa e ao desenvolvimento do espírito empreendedor neste público.

Ainda assim, e como já foi referido anteriormente, a situação em termos de acesso à informação e à cultura é diferente no que se refere às várias freguesias, uma vez que as crianças e jovens residentes nas **freguesias rurais** têm menos acesso à oferta cultural, desportiva, etc. do que as residentes na sede do concelho.

A **Prevenção e combate à violência contra (e entre) crianças e jovens** constitui-se como mais um Eixo estruturante na implementação deste Plano, uma vez que em todos os instrumentos utilizados no âmbito do diagnóstico local, foi referida a existência de situações de bullying / cyberbullying ou outro tipo de conflitos que envolvam vários tipos de agressões, dentro e fora da Escola. Esta problemática pode estar relacionada com a insuficiência de pessoal não docente no Agrupamento de Escolas de Cuba, tal como foi referido em diagnóstico, mas certamente não terá apenas esta explicação, sendo também necessária uma maior sensibilização das crianças e jovens para esta problemática e para a necessidade de utilizarem alternativas proativas à utilização do seu tempo livre.

Ainda no que se refere ao tempo livre, é sublinhada uma má utilização das redes sociais e da internet, existindo provavelmente dificuldades em termos de controlo parental sobre o conteúdo que é acedido e sobre as formas de utilização destas ferramentas.

Uma grande parte dos/as nossos jovens afirma que nem sempre gostou da escola.

Quase metade dos/as jovens inquiridos/as confessa já lhe terem sido oferecidas *drogas* dentro e fora da Escola, situação que deverá ser tida em conta na intervenção a desenvolver nos próximos anos.

Se atendermos à análise do volume e caraterização das problemáticas que efetivamente dão entrada na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cuba nos últimos anos (2018-2022), verificamos que a **Violência Doméstica** é um dos motivos que assume maior prevalência, especialmente em crianças até aos 10 anos, pelo que a prevenção e intervenção neste fenómeno é fundamental. No entanto, em jovens acima dos 11 anos (especialmente os do sexo masculino), a existência de **comportamentos considerados graves ou antissociais**, o **absentismo escolar** e, consequentemente, o abandono ou o consumo de substâncias como o alcool, são os principais motivos de sinalização. Ainda assim, a medida que tem sido mais

aplicada nestes últimos anos tem sido o "Apoio junto dos pais", o que sublinha a importância do acompanhamento a estes/as jovens e a estas famílias.

Do diagnóstico efetuado, foi ainda referido que existem poucos efetivos da GNR no concelho, o que torna o patrulhamento insuficiente, especialmente nas freguesias rurais. Esta situação é particularmente importante quando da leitura dos dados, verificamos que a GNR ou outras autoridades policiais se assumem como as entidades que mais sinalizam situações para a CPCJ de Cuba, seguidas dos Estabelecimentos de Ensino, ainda que em menor número.

Após esta breve análise da realidade local, segue-se a apresentação dos principais objetivos que nortearão o trabalho a ser desenvolvido no âmbito do Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens de Cuba. Após a identificação dos objetivos, enquadrados nos 5 Eixos de Intervenção já referidos, serão apresentadas as atividades propostas. É de salientar que estas atividades foram definidas de forma participada, no âmbito de um trabalho realizado em conjunto com representantes de várias entidades do concelho, tendo envolvido no seu planeamento, também crianças e jovens. Ainda assim, é expectável e desejável o contributo de outras entidades, algumas das quais não tiveram oportunidade de fazê-lo neste momento de arranque. De facto, só com a participação da comunidade e das diversas entidades que nela se inserem será possível atingir as metas propostas.

Eixos e objetivos

Eixo O: Cooperação Interinstitucional	
Objetivo Estratégico	**Promover a articulação entre as diversas entidades, com vista a uma intervenção mais consolidada e à rentabilização de recursos**
Objetivos Específicos	✓ Promover o trabalho em rede. ✓ Garantir o acompanhamento integrado das crianças e jovens e das suas famílias, mobilizando todos os recursos da comunidade, necessários para a intervenção. ✓ Encontrar momentos de partilha interinstitucional. ✓ Monitorizar a execução do Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens de Cuba
Ações / Atividades	1. Reavivar da rede social do concelho de Cuba (reuniões com frequência e com alguma organização). 2. Mobilizar as associações para mensalmente partilhar as atividades que têm previstas, contratualizando essas intervenções. 3. Partilha do plano de atividades de cada entidade: Criação de agenda social local, permitindo a divulgação de iniciativas, e maior planeamento com vista à rentabilização de recursos (exemplo: transportes de e para as freguesias rurais) 4. Reuniões de técnicos para discussão de casos e intervenção em famílias. 5. Sensibilização das entidades para a criação da figura do *Gestor de caso* para cada família acompanhada pelas diversas entidades 6. Sensibilização para a criação de um Gabinete / Grupo de apoio ao associativismo. 7. Desenvolvimento de momentos de capacitação (Workshops / Ações de sensibilização) dos técnicos e membros das Associações e entidades da comunidade. 8. Realização de um maior número de reuniões de CLAS (por setores ou conjunto) /rede social. 9. Criação de um logotipo para o Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens de Cuba 10. Apresentação pública do Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens de Cuba 11. Criação de um grupo de monitorização do plano com encontros de caráter trimestral, em articulação com o CLAS, Comissão Alargada da CPCJ e outros. 12. Criação de eventos conjuntos entre várias associações: atividades de ocupação de férias létivas ou outras.

Eixo O: Cooperação Interinstitucional	
Indicadores	Nº de reuniões realizadas (rede social / CLAS / grupo de monitorização do Plano / reuniões de técnicos para discussão de casos). Nº de workshops e ações de capacitação realizadas; Nº de edições da agenda social divulgadas; Nº de entidades envolvidas; Realização da apresentação pública do PLPDPCJCuba; Criação da figura de *gestor de caso* Criação de um Gabinete / Grupo de Apoio ao associativismo
Entidades a envolver	Parceiros locais e regionais
Calendarização	2022-2026

Eixo 1 — Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades

Objetivo Estratégico	**Garantir níveis de vida adequados ao desenvolvimento da criança e jovem, assegurando a igualdade de oportunidades no acesso aos diversos recursos disponíveis.**
Objetivos específicos	✓ Combater a pobreza infantil e exclusão social. ✓ Promover um ambiente seguro e saudável. ✓ Incrementar condições de segurança nos estabelecimentos de educação e ensino. ✓ Aproximar as respostas a problemáticas no âmbito da saúde mental. ✓ Desenvolver a Promoção e Educação para a Saúde em meio escolar. ✓ Garantir o acesso à cultura a crianças e jovens. ✓ Garantir às crianças e jovens o acesso a atividades lúdicas, recreativas e desportivas de qualidade, numa perspetiva de igualdade de oportunidade. ✓ Promover competências pessoais e sociais junto de crianças e jovens em situação de risco. ✓ Garantir o acesso a uma educação inclusiva e de qualidade a todas as crianças e jovens, contribuindo para o seu desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional. ✓ Reforçar os programas/iniciativas de promoção de educação inclusiva. ✓ Apoiar a integração de crianças e jovens migrantes, incluindo refugiadas e requerentes de asilo, descendentes de migrantes e ciganas.
Atividades	1. Manutenção e reforço dos diversos apoios sociais existentes (Alimentação gratuita aos alunos mais carenciados, apoios nos materiais escolares, programas alimentares...), garantindo a sua articulação. 2. Reforço do número de reuniões de Núcleo Local de Inserção, como resposta articulada às necessidades das famílias. 3. Dinamização de atividades de apoio ao estudo para crianças com maiores carências económicas; 4. Manutenção do programa Lancheira saudável. 5. Manutenção do programa de fornecimento de fruta escolar. 6. Disponibilização de transporte nas freguesias para as atividades culturais, desportivas, lúdicas de ocupação de tempos livres, dinamizadas na sede do concelho (necessidade de planeamento destas deslocações: importância da divulgação de atividades prevista na Agenda Social). 7. Deslocalização das atividades por freguesia, garantindo a oferta cultural, lúdica e desportiva em todas as freguesias do concelho. 8. Dinamização de ações de auscultação das crianças e jovens nas suas necessidades e interesses em termos de atividades lúdicas, culturais, pedagógicas e recreativas.

Eixo 1 — Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades

9. Realização de ações com vista à aproximação das crianças e jovens das diversas forças da autoridade.
10. Divulgação e articulação entre as várias respostas de apoio à saúde mental: Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, Pedopsiquiatria, Centro de Saúde, projetos que prestem apoio psicológico.
11. Dinamização de visitas em família, especialmente para aquelas que têm maiores carências em termos económicos.
12. Alargamento, articulação e diversificação de atividades desenvolvidas nas pausas escolares.
13. Sensibilização para a participação gratuita de crianças e jovens oriundas de famílias carenciadas em atividades desportivas, lúdicas e culturais, com vista a uma maior igualdade de oportunidades.
14. Alargamento do Cartão Jovem Municipal, com vista a permitir o acesso a várias atividades a custo reduzido.
15. Submissão de candidaturas a projetos financiados (por exemplo: Programa Escolhas, CLDS, outros), com vista à consolidação das intervenções que apoiam crianças e jovens oriundos de famílias com maiores desafios o âmbito da integração social.
16. Apoio às entidades locais, com vista à submissão de candidaturas a programas de financiamento que visem a dinamização de atividades lúdicas, culturais e recreativas, bem como a intervenção com crianças e jovens em risco de exclusão.
17. Promoção de partilha de experiências de elementos da comunidade cigana ou imigrante, que sejam casos de sucesso em termos de conclusão de estudos e/ou integração social.
18. Sensibilização para a criação de um mediador/a cigano/a que apoie na articulação das itervenções através da sua integração, por exemplo, em programas CEI+ ou através de candidaturas a programas financiados.
19. Divulgação de projetos com intervenção com pessoas de etnia cigana ou imigrantes.
20. Promoção de ações de sensibilização sobre prevenção de gravidez na adolescência
21. Promoção de ações de sensibilização sobre prevenção de consumos de substâncias psicotrópicas.
22. Criação das condições com vista a proporcionar maior oportunidade de acesso à tecnologia, exemplo, robótica, programação para crianças em risco de exclusão social.
23. Realização de aulas de cante alentejano (todos os ciclos)
24. Realização de atividades extracurriculares fora da Escola (acampar, visitas a espaços lúdicos e culturais), integrando principalmente crianças e jovens oriundos de famílias com maiores desafios em termos de integração social.
25. Criação de atividades de apoio ao estudo, fora do contexto escolar para crianças e jovens oriundos de famílias com maiores desafios.

Eixo 1 — Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades

Indicadores	Nº e tipo de apoios sociais atribuídos. Nº de famílias abrangidas pelos apoios. Nº de reuniões de NLI. Assiduidade das reuniões realizadas. Nº de famílias com crianças e jovens, alvo de contratualização social. Nº de ações de sensibilização realizadas por área. Nº de crianças e jovens envolvidos. Nº de ações dinamizadas no âmbito do Programa Lancheira Saudável e fruta escolar. Nº de crianças e jovens envolvidos. Nº de crianças e jovens oriundas de famílias com carências económicas que participam nas atividades lúdicas, culturais e desportivas. Nº de atividades culturais, lúdicas, desportivas realizadas. Nº de crianças e jovens envolvidos. Nº de crianças transportadas, oriundas das freguesias rurais. Nº de atividades deslocalizadas para as freguesias rurais. Nº de candidaturas submetidas a programas de financiamento, com vista a uma maior integração social e igualdade de oportunidades. Nº de atividades de promoção da interculturalidade realizadas.
Entidades a envolver	Parceiros locais e regionais
Calendarização	2022-2026

Eixo 2 — Apoiar as famílias e a parentalidade

Objetivo Estratégico	**Apoiar as famílias e fomentar competências para uma parentalidade positiva e partilha de responsabilidades parentais.**
Objetivos Específicos	✓ Desenvolver a capacitação parental e apoio familiar. ✓ Qualificar as medidas, programas e respostas sociais e na área da saúde dirigidas a crianças e jovens numa abordagem integrada com as famílias. ✓ Promover o alargamento das respostas sociais da 1.ª infância (0 aos 3 anos de idade). ✓ Reforçar e monitorizar as medidas nas áreas da saúde, bem -estar e desenvolvimento integral das crianças.
Atividades	1. Desenvolvimento de programas de capacitação parental. 2. Desenvolvimento de ações sobre parentalidade positiva. 3. Desenvolvimento de ações sobre a importância do brincar e desenvolvimento da criança 4. Integração de ações de sensibilização sobre parentalidade positiva nas atividades de preparação para o parto e / ou acompanhamento materno-infantil. 5. Apresentação de dicas de educação positiva, incluídas em outras iniciativas 6. Alargamento e articulação dos apoios alimentares a famílias com carências. 7. Promoção de convívios entre pais e filhos. 8. Promover a constituição de um/a mediador/a dentro da comunidade cigana/ imigrante através da integração em emprego / programas CEI+ de membros da comunidade cigana. 9. Cursos de formação em língua portuguesa (leitura e escrita) para imigrantes 10. Promoção de ações de Educação e Alfabetização de Adultos para a comunidade cigana 11. Sensibilização para a responsabilização das famílias através da contratualização das intervenções. 12. Apoiar as famílias na procura de emprego e integração profissional 13. Dinamização de Worshops de sensibilização para temáticas de saúde (em conjunto com iniciativas lúdicas ou de convívio). 14. Organização de atividades intergeracionais e inter instituições. 15. Dinamização de ações de sensibilização integradas em atividades com crianças e jovens. 16. Contratualização com as famílias, nomeadamente as beneficiárias de RSI, com vista ao maior envolvimento e responsabilização na integração social dos seus filhos (práticas de higiene, frequência de atividades, assiuidade escolar...)

Eixo 2 — Apoiar as famílias e a parentalidade

	17. Promoção de visitas em família para famílias carenciadas.
Indicadores	Nº de famílias com apoios sociais. Nº de famílias com apoios alimentares. Nº de crianças e jovens beneficiários/as destes apoios. Nº de atividades de capacitação familiar realizadas. Nº de famílias abrangidas por estas atividades. Criação do papel de mediador/a intercultural. Nº de atividades de alfabetização / aprendizagem da língua portuguesa dinamizadas.
Entidades a envolver	Parceiros locais e regionais
Calendarização	2022-2026

Eixo 3 — Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens

Objetivo Estratégico	**Promover informação sobre a concretização dos direitos das crianças e jovens, criando mecanismos para a sua participação nas decisões e iniciativas que as envolvem.**
Objetivos Específicos	✓ Promover o conhecimento das crianças e jovens, das famílias e das comunidades, bem como dos profissionais que trabalham com e para as crianças e jovens, sobre a Convenção dos Direitos da Criança e os Protocolos Facultativos. ✓ Promover a participação e o exercício da cidadania das crianças e jovens, através de medidas favoráveis à sua participação. ✓ Promover uma educação baseada na igualdade entre mulheres e homens, no combate à discriminação, na cidadania e nos direitos humanos ✓ Promover e estimular a prática de voluntariado jovem, enquanto instrumento eficaz de desenvolvimento pessoal, social e formativo ✓ Promover a participação das crianças e jovens em atividades artísticas e culturais. ✓ Promover o acesso das crianças e jovens a museus, palácios, monumentos e teatros
Atividades	1. Criação de um Grupo de voluntariado jovem 2. Criação de grupo consultivo de jovens para monitorização do Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens de Cuba. 3. Divulgação das ações do Plano junto da comunidade: Agenda Social 4. Envolvimento dos/as jovens em atividades práticas no mundo do trabalho (partilha de experiências, alargamento de horizontes em termos de integração profissional). 5. Articulação entre estabelecimentos de ensino e empresas / entidades locais, com vista à maior participação das crianças e jovens na sua comunidade. 6. Colocação de Caixas de sugestões nos estabelecimentos de Ensino. 7. Participação de crianças e jovens na Monitorização do Plano Local PDPCJCuba. 8. Apoiar a criação de uma Associação Juvenil. 9. Criação de condições para uma maior participação na conceção, planeamento e execução das atividades: Conselho Local de Juventude, Associações de Estudantes,...) 10. Dinamização de atividades lúdicas, visitas a museus, palácios, monumentos e outros.

Eixo 3 — Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens	
Indicadores	Nº de atividades dinamizadas no âmbito de iniciativas de voluntariado. Nº de crianças e jovens envolvidos/as. Nº de iniciativas que envolvam crianças e jovens na sua organização. Nº de crianças e jovens envolvidos/as. Implementação de Caixa de Sugestões. Nº de sugestões apresentadas. Nº de crianças e jovens envolvidos/as na monitorização do Plano Local PDPCJCuba. Criação de Associação juvenil. Nº de visitas desenvolvidas. Nº de crianças e jovens envolvidos/as.
Entidades a envolver	Parceiros locais e regionais
Calendarização	2022-2026

Eixo 4: Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens

Objetivo Estratégico	**Prevenir e atuar nas diferentes formas de violência contra e entre crianças e jovens, promovendo uma cultura de não violência.**
Objetivos Específicos	✓ Reforçar as estratégias de prevenção e de intervenção no âmbito da violência em meio familiar, incluindo os maus tratos cometidos no contexto de violência doméstica. ✓ Prevenir e combater todas as outras formas de violência contra as crianças e jovens ou por elas protagonizadas, nelas incluindo a exploração, o tráfico, o casamento precoce e forçado e a mutilação genital feminina. ✓ Prevenir a violência no namoro e sensibilizar jovens para as questões da igualdade de género. ✓ Reforçar estratégias de prevenção e de intervenção no âmbito da violência em contexto escolar (Programa Escola Segura). ✓ Incrementar os níveis de segurança no acesso aos meios digitais por crianças e jovens. ✓ Promover o conhecimento sobre as várias formas de violência contra crianças e jovens e a qualificação das respostas existentes. ✓ Promover o aperfeiçoamento da intervenção e a qualificação dos profissionais em matéria de violência contra as crianças e jovens ou por elas protagonizadas, das diversas entidades com competência em matéria de infância e juventude. ✓ Promover o aperfeiçoamento do conhecimento sobre os fenómenos de violência contra as crianças e jovens ou por elas protagonizados.
Atividades	1. Criação de um questionário para avaliação da problemática do bullying e cyberbullying em contexto escolar. 2. Desenvolvimento de ações de sensibilização / workshops sobre violência doméstica e violência no namoro. 3. Desenvolvimento de ações de sensibilização sobre bullying e cyberbullying. 4. Desenvolvimento de Ações de sensibilização sobre Igualdade de Género, Violência no namoro e Educação Sexual (prevenção de gravidez na adolescência). 5. Dinamização de workshops / ações de capacitação para técnicos/as sobre prevenção de violência nos seus diversos contextos. 6. Sensibilização das famílias para a necessidade de uma maior intervenção nos comportamentos de violência dos/as filhos/as. 7. Desenvolvimento de atividades de capacitação sobre prevenção da violência em atividades lúdicas.

Eixo 4: Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens

	8. Desenvolvimento de ações de capacitação para funcionários/as dos estabelecimentos de ensino, com vista à prevenção e gestão das situações de violência. 9. Criação de grupos de crianças e jovens com o objetivo de proteger outras crianças e jovens. 10. Desenvolvimento de atividades extracurriculares (dentro e fora dos estabelecimentos de ensino), com vista a ocupar as crianças e jovens e, consequente, diminuição das situações de violência. 11. Realização de questionários para conhecer com maior profundidade, a perceção dos/as jovens relativamente às condições de segurança no que diz respeito ao transporte de e para as freguesias. 12. Maior presença da Escola Segura nos estabelecimentos de ensino. 13. Dinamização de ações de sensibilização para a utilização correta da internet.
Indicadores	Nº de ações de sensibilização dinamizadas no âmbito da prevenção e gestão dos diversos tipos de violência. Nº de crianças e jovens envolvidos/as. Nº de famílias envolvidas. Nº de entidades envolvidas. Nº de técnicos/as envolvidos/as. Nº de funcionários/as envolvidos/as. Nº de deslocações da Escola Segura aos estabelecimentos de ensino. Nº de atividades extracurriculares desenvolvidas. Nº de crianças e jovens que participaram nestas atividades. Nº de crianças e jovens envolvidos/as na proteção de outras crianças e jovens.
Entidades a envolver	Parceiros locais e regionais
Calendarização	2022-2026